



Metropolitano de Lisboa

Relatório Trimestral

Março/2018

Índice

1. Painel de Indicadores	2
2. Atividade Operacional.....	3
2.1. Procura	3
2.2. Oferta	3
2.3. Receitas	4
3. Gestão Económica e Financeira	4
3.1. Análise de Balanço	4
3.2. Síntese de Resultados	6
3.2.2. Rendimentos Operacionais	6
3.2.3. Gastos Operacionais.....	7
3.3. Modelo de Financiamento	7
3.4. <i>Stock</i> da Dívida	8
4. Cumprimento das Orientações Legais	8
4.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	8
4.2. Frota Automóvel	9
4.3. Prazo Médio de Pagamentos	9
4.4. Plano de Redução de Efetivos	10
4.5. Limites de Endividamento Bancário	10
4.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	11
5. Plano de Investimento	11
6. Demonstrações Financeiras.....	12
6.1. Balanço.....	12
6.2. Demonstração de Resultados	13

1. Painel de Indicadores

Quadro 1 - Painel de Indicadores

INDICADORES DE ATIVIDADE	REAL		PAO	2017	2016	2015	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018				
INDICADORES DE PROCURA							
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	40.379	40.168	38.337	161.490	153.191	142.704
PKT (Passageiros x km)	10 ³	195.123	192.452	183.747	682.856	735.161	685.636
INDICADORES DE OFERTA							
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	778	785	864	3.190	3.039	2.865
Qualidade de Serviço (Regularidade)	%	82,1	81,9	82,0	82,5	80,5	84,6
Taxa de Ocupação	%	25,1	24,5	21,3	21,4	24,2	23,9
INDICADORES DE RH							
Nº de efetivos no final do período	Un.	1.414	1.391	1.395	1.368	1.363	1.381
Número médio de efetivos	Un.	1.412	1.376	1.395	1.368	1.369	1.408
Massa Salarial	m€	13.695	11.666	11.769	44.333	44.741	44.126
Indemnizações por Rescisão	m€	0	17	0	62	372	1.354
ESTRUTURA ACIONISTA							
Total do Capital Social	M€	2.410,4	2.224,0	2.520,5	2.368,6	2.176,5	1.818,1
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	100	100	100
SITUAÇÃO PATRIMONIAL							
Ativo não corrente	M€	5.259,7	5.239,9	5.298,5	5.235,5	5.229,1	5.092,3
Ativo corrente	M€	70,4	82,5	68,2	77,2	77,9	78,0
Total Ativo	M€	5.330,1	5.322,4	5.366,7	5.312,8	5.307,0	5.170,3
Capital Próprio	M€	633,7	443,3	732,3	603,3	412,6	107,2
Passivo	M€	4.696,4	4.879,1	4.634,5	4.709,5	4.894,4	5.063,1
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5.330,1	5.322,4	5.366,7	5.312,8	5.307,0	5.170,3
INVESTIMENTOS							
Infraestruturas de Longa Duração	M€	0,68	0,08	1,23	2,17	5,24	13,37
Outros Investimentos	M€	0,07	0,01	5,66	2,78	0,18	0,64
Despesa de investimento	M€	0,75	0,09	6,89	4,95	5,42	14,01
INDICADORES DE ESTRUTURA							
Passivo Remunerado	M€	3.726	3.473	3.650	3.734	3.487	3.724
Autonomia Financeira %	%	11,89	8,33	13,64	11,36	7,77	2,07
Solvabilidade %	%	13,49	9,08	15,80	12,81	8,43	2,12
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS							
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	16	27	55	19	22	20
Volume de Negócios	M€	27,1	25,6	26,3	109,4	101,2	93,8
EBITDA (<i>corrigido</i>) ¹	M€	0,40	1,61	-4,54	-4,23	-1,25	-8,85
Margem do EBITDA	%	1,47	6,27	-17,28	-3,86	-1,24	-9,43
Rendimentos Operacionais (<i>corrigidos</i>) ²	M€	27,3	25,8	26,4	114,2	106,3	105,7
Receita Tarifária por Passageiro Transporta	€	0,6	0,60	0,63	0,00	0,00	0,00
Gastos Operacionais (<i>corrigidos</i>) ³	M€	26,9	24,2	31,0	114,2	97,0	103,9
Gastos Operacionais (<i>corrigidos</i>) por Passa	€	0,67	0,60	0,81	0,71	0,63	0,73
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	101,5	106,6	85,3	100,0	109,5	101,7

1) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

2) Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

3) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Complementos de reforma e Plano de Pensões + indemnizações por rescisão

2. Atividade Operacional

2.1. Procura

Quadro 2 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	36.644.106	36.741.778	37.225.200	-97.672	-0,3%	-581.094	-1,6%
Passageiros x km	195.122.896	192.451.871	183.747.366	2.671.025	1,4%	11.375.530	6,2%
Receitas totais (c/ IVA)	25.434.585 €	24.793.041 €	24.575.500 €	641.544	2,6%	859.084 €	3,5%
Receita média por passageiro	0,69 €	0,67 €	0,66 €	0	2,9%	0,03 €	5,1%

Em comparação com o período homólogo, verifica-se um decréscimo marginal de -0,3%, nos passageiros transportados com título pago, mas regista-se um incremento de 0,5% no total de passageiros transportados. A diferença entre estes dois indicadores justifica-se pelo aumento de cerca de 9% nos passageiros gratuitos (transferência dos títulos de criança para gratuitos). A redução marginal dos passageiros transportados com título pago durante o primeiro trimestre está relacionada também com o facto de em 2018 a Páscoa ter sido em março enquanto que em 2017 foi em abril.

De salientar que a receita média por passageiro aumentou 2,9% fruto da redução da fraude detetada e do aumento tarifário verificado a partir de 1 de janeiro.

2.2. Oferta

Quadro 3 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	6.077.913	6.133.746	6.751.466	-55.832	-0,9%	-673.553	-10,0%
Lugares x km	777.972.924	785.119.466	864.187.648	-7.146.542	-0,9%	-86.214.724	-10,0%
Comboios x km	1.231.076	1.250.428	1.253.086	-19.352	-1,5%	-22.010	-1,8%

No que concerne à oferta, apesar do previsto no PAO considerar um aumento face ao período homólogo, tal não se verificou, por não se ter concretizado a disponibilidade de material circulante estimada para fazer face a esse mesmo crescimento, em função de alguns atrasos na manutenção, justificados quer pela falta de meios humanos, quer pela falta pontual de alguns materiais. Salienta-se que, a empresa tem feito um grande esforço para recuperar a frota de material circulante que se encontra imobilizada, tendo já no 1.º trimestre reforçado a sua equipa de manutenção com 6 eletromecânicos e 2 eletricitas, bem como o stock de peças em armazém já se encontra devidamente assegurado. Estima-se que se consiga cumprir o plano de oferta estimado a partir do final do 3.º trimestre.

De referir que, face à indisponibilidade de material circulante, o ML desde 27 de novembro de 2017 está a operar com um plano de contingência, que permite em cada dia, adaptar a oferta à disponibilidade de material circulante, em função da procura em cada linha.

2.3. Receitas

Quadro 4 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Receitas de títulos de transporte*	25.142.821 €	24.123.210 €	24.079.593 €	1.019.611 €	4,2%	1.063.228 €	4,4%
Comparticipações dos passes	755.830 €	0 €	495.908 €	755.830 €	-	259.923 €	52,4%
Receitas totais (inclui as participações)	25.898.651 €	24.123.210 €	24.575.500 €	1.775.441 €	7,4%	1.323.151 €	5,4%

*Bilhetes e Passes

Apesar do ligeiro decréscimo de passageiros com título pago, conforme referido no ponto 2.1., o valor das receitas de bilhetes e passes registou um acréscimo de 4,2% em relação ao período homólogo, devido à conjugação do aumento tarifário e principalmente do incremento das quantidades vendidas, com maior peso na venda de título ocasionais, que registaram um aumento de 547 m€ (+4,7%).

O valor das participações dos passes é estimado.

3. Gestão Económica e Financeira

3.1. Análise de Balanço

Quadro 5 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ / PAO	
	1.º TRIM 2018	31.DEZ 2017	1.º TRIM 2018	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5.259.722.485 €	5.235.533.158 €	5.298.487.966 €	24.189.327 €	0,5%	-38.765.481 €	-0,7%
Ativo Corrente	70.426.841 €	77.248.306 €	68.229.335 €	-6.821.465 €	-8,8%	2.197.506 €	3,2%
Total do Ativo	5.330.149.326 €	5.312.781.465 €	5.366.717.301 €	17.367.861 €	0,3%	-36.567.975 €	-0,7%
Capital Próprio	633.737.966 €	603.302.111 €	732.265.543 €	30.435.855 €	5,0%	-98.527.578 €	-13,5%
Passivo não Corrente	3.470.441.794 €	3.188.700.902 €	3.498.001.507 €	281.740.891 €	8,8%	-27.559.714 €	-0,8%
Passivo Corrente	1.225.969.567 €	1.520.778.452 €	1.136.450.250 €	-294.808.885 €	-19,4%	89.519.317 €	7,9%
Capital Próprio e Passivo	5.330.149.326 €	5.312.781.465 €	5.366.717.301 €	17.367.861 €	0,3%	-36.567.975 €	-0,7%

Principais variações no Balanço, face ao fecho de contas de 31 de Dezembro de 2017:

Ativo não Corrente

- O acréscimo verificado justifica-se, em grande parte, pela imputação dos encargos financeiros relativos a ILD, à conta Estado – Conta a Receber (+32,3 M€);
- Redução do justo valor dos instrumentos financeiros derivados potencialmente favoráveis (-3 M€);
- Redução dos ativos fixos tangíveis (-5,5 M€), decorrente das amortizações do exercício.

Ativo Corrente

- Clientes: Decréscimo de aproximadamente 4 M€ justificado essencialmente pela regularização contabilística decorrente da aplicação do DL n.º 117/2017 de 12 de setembro;
- Estado e Outros Entes Públicos: + 0,5 M€, pelo aumento de impostos a regularizar;
- Caixa e Depósitos Bancários: -1,2M€, essencialmente pelo pagamento de juros de SWAP Santander;
- Redução de aproximadamente 1 M€ em diferimentos pela regularização das contas de gastos a reconhecer.

Capital próprio

- Recebimento da DGTF incorporado como Dotação de Capital de 23,8M€ em fevereiro e 18 M€, em março;
- Resultados transitados de -24,5 M€;
- Variação no Resultado Líquido: +13,7 M€.

Passivo não Corrente

- Redução de 14,8M€ decorrente de ganhos de justo valor associados a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro respeitantes a empréstimos para Infraestruturas de Longa Duração (ILD);
- Aumento de cerca de 300 M€ em financiamentos obtidos para fazer face aos encargos financeiros relativos ao cumprimento do acordo entre o Estado, operadoras de transporte e Banco Santander;
- Na rubrica de Derivados, verifica-se um decréscimo de 2,4 M€, decorrente de ganhos de justo valor dos Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro.

Passivo Corrente

- Decréscimo no passivo corrente relacionado com ILD (-150 M€) e ML (-119 M€), no âmbito do acordo entre o Estado, operadoras de transporte e Banco Santander;
- Amortização de financiamentos concedidos pelo BEI (14 M€);
- Decréscimo do valor de dívidas a fornecedores em 2,2 M€;
- Aumento de valor a pagar a Estado e Outros entes Públicos: 1,6 M€;

Principais variações no Balanço, face previsto no PAO 2018:

Ativo não Corrente

- Estimativa *Market-to-Market* dos derivados acima da variação real;
- Não realização de investimentos ILD previstos no PAO 2018.

Ativo Corrente

- Inventários: no primeiro trimestre de 2018, não foram realizadas todas as compras de materiais previstas;
- Clientes: a regularização contabilística no saldo de clientes, decorrente da aplicação do DL n.º 117/2017 de 12 de setembro, não foi prevista no PAO 2018.

Capital próprio

- O desvio negativo de 110 M€ no “Capital Realizado” é justificado por se ter recorrido a financiamentos para pagamento de parte dos SWAP alvo de contencioso, que no PAO 2018 se previu ser realizado com recurso a dotações de capital.

Passivo não Corrente

- Desvio de 14,8M€ decorrente de ganhos de justo valor associados a Instrumentos de Cobertura de Risco.

Passivo Corrente

- O desvio de cerca de 89,5 M€ é explicado, essencialmente, por não se terem concretizado amortizações de empréstimos previstas no PAO 2018 para o primeiro trimestre do ano.

3.2. Síntese de Resultados

Quadro 6 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais *	27.266.427 €	25.809.025 €	26.414.237 €	1.457.402 €	5,6%	852.190 €	3,2%
Gastos Operacionais **	26.867.929 €	24.202.232 €	30.950.255 €	2.665.698 €	11,0%	-4.082.325 €	-13,2%
EBITDA (corrigido)	398.497 €	1.606.793 €	-4.536.018 €	-1.208.296 €	-75,2%	4.934.515 €	108,8%

* Excluindo rubricas não CASH (Ganhos de Justo Valor / Reversões / Subsídios ao Investimento)

** Excluindo rubricas não CASH (Amortizações / Ajustamentos / Provisões / Perdas por Redução de Justo Valor / Perdas em Participadas)

3.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 7 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	3.293.093 €	1.904.588 €	-3.863.224 €	1.388.505 €	-72,9%	7.156.316 €	185,2%
Ajustamentos	2.894.596 €	297.795 €	672.795 €	2.596.801 €	-872,0%	2.221.801 €	-330,2%
Reforço de provisões	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Ajustamentos e imparidades	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Aumentos / reduções de justo valor	2.259.056 €	-375.000 €	0 €	2.634.056 €	702,4%	2.259.056 €	-
Subsídios ao investimento	635.539 €	672.795 €	672.795 €	-37.255 €	5,5%	-37.255 €	5,5%
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
EBITDA (corrigido)	398.497 €	1.606.793 €	-4.536.018 €	-1.208.296 €	75,2%	4.934.515 €	108,8%

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados na série histórica efeitos de natureza não *cash*, que no referencial contabilístico anterior ao SNC seriam considerados como rubricas extraordinárias (Subsídios ao Investimento e Provisões). Para comparabilidade foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras pontuais, com relevante impacto no EBITDA contabilístico (Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor).

O resultado favorável do EBITDA corrigido face ao PAO, resulta essencialmente da redução dos gastos operacionais. Por outro lado, quando comparado com o período homólogo o EBITDA corrigido tem uma redução de 1,2 M€, em resultado do aumento de 11% dos gastos operacionais, cuja explicação se encontra no ponto 3.2.3.

Análise das rubricas não *cash*

Variação de 2,3M€ em aumentos de justo valor por comportamento favorável ao ML dos instrumentos de gestão de risco financeiro, valor não estimado no PAO pela dificuldade de previsibilidade do Market to Market.

3.2.2. Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais corrigidos registaram uma variação positiva de 5,6% face ao período homólogo (+ 1,4 M€), justificada essencialmente pelo acréscimo de aproximadamente 1 M€ de receitas com títulos de transporte, conforme referido no ponto 2.3., e ainda pelo valor estimado das comparticipações dos passes, que no período homólogo não foi considerado qualquer valor. Retirando esta estimativa a evolução dos rendimentos teria sido de 2,7% (+0,7 M€).

Salienta-se que foi ainda possível superar o valor dos Rendimentos Operacionais em 3,2% face ao estimado, pelas razões já descritas acima (ponto 2.3.).

3.2.3. Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais Corrigidos apresentam uma variação de +2,7 M€ (+11,0%) face ao período homólogo e um desvio de -4,1 M€ (-13,2%) face ao estimado.

Quando comparado com o período homólogo, o aumento dos gastos operacionais é essencialmente justificado com o incremento de 2,7 M€ (+16,3%) de gastos com pessoal, em sequência do aumento das remunerações por via das progressões de carreira, cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017. Por outro lado, os Fornecimentos e Serviços Externos tiveram uma redução de aproximadamente 1 M€ (-15,7%), justificada por no período em análise não se terem efetuado a totalidade dos lançamentos contabilísticos de faturas com Energia de Alta tensão (-0,9 M€) e de Vigilância e Segurança (-0,3 M€). A variação de + 99,4% (+0,8 M€) dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas, reflete o esforço que o ML está a fazer para recuperar o material circulante que se encontra imobilizado.

A variação dos gastos operacionais face ao plano justifica-se por um lado, pelo desvio negativo de 6,8 M€ (-54,9%) de fornecimentos e serviços externos, destacando-se as seguintes rubricas:

- Trabalhos Especializados: -0,6 M€ (-87,5%);
- Vigilância e Segurança: -0,4 M€, ressalvando que este desvio, tal como supra referido, é devido a não terem sido contabilizadas a totalidade das faturas, se tal tivesse acontecido, a variação seria de -0,26 M€ (-20,3%);
- Contratos de Assistência Técnica: -0,7 M€ (-68,3%), tendo este desvio sido causado por durante o 1º trimestre ter havido alguns atrasos nos procedimentos de contratação, o que levou a não terem sido formalizados a totalidade dos contratos;
- Conservação e Reparação de Edifícios e Equipamento Básico: -1,7 M€ (-88,2%);
- Energia de Alta Tensão: -1,1 M€ (-54,5%), pelas mesmas razões dos desvios com os gastos de Vigilância e Segurança. Se tivessem sido contabilizadas todas as faturas a variação teria sido de -0,5 M€ (-26,7%);
- Rendas de Leasing Operacional: -2,1 M€ (-52,9%), por não ter sido especializado a totalidade dos gastos respeitantes a estas rubricas, ou seja, ficaram por reconhecer os custos respeitantes a 2 meses de rendas, que correspondem a 1,2 M€, pelo que, o desvio real face ao plano é de -0,88 M€ (-22,3%).

Por outro lado, destaca-se o desvio de +2,6 M€ (+15,5%) de gastos com pessoal. Note-se que, o orçamento aprovado para os gastos com pessoal foi reduzido em 6,5 M€ face à proposta do ML.

3.3. Modelo de Financiamento

Apoio Financeiro do Estado

Quadro 8 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	41.839.352 €	47.424.885 €	151.881.702 €	-5.585.533 €	-11,8%	-110.042.350 €	-72,5%
Numerário	41.839.352 €	47.424.885 €	151.881.702 €	-5.585.533 €	-11,8%	-110.042.350 €	-72,5%
Conversões de Crédito	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Compensações Financeiras / Min. Amb.	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Subsídios ao Investimento / PIDDAC	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
TOTAL	41.839.352 €	47.424.885 €	151.881.702 €	-5.585.533 €	-11,8%	-110.042.350 €	-72,5%

Dotações de capital nos valores de 23,8M€ e 18,0M€, em numerário, tendo ocorrido em fevereiro e março, respetivamente.

No âmbito do modelo de financiamento em vigor, este montante foi recebido para fazer face ao pagamento do serviço da dívida contratada (juros e reembolsos).

O valor de 110,0M€ de desvio, face ao PAO, é explicado pelo pagamento de parte dos SWAP alvo de contencioso, que se previa ser efetuado com recurso a dotação de capital, tendo, no entanto, sido pago com recurso a financiamento.

3.4. Stock da Dívida

Quadro 9 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	31 DEZ 2017	1.º TRIM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	1.310.000.000 €	1.310.000.000 €	1.310.000.000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
BEI	566.294.696 €	580.346.223 €	566.294.696 €	-14.051.527 €	-2,4%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	1.538.454.817 €	1.238.846.655 €	1.462.627.250 €	299.608.162 €	24,2%	75.827.567 €	5,2%
Schuldschein	300.000.000 €	300.000.000 €	300.000.000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Leasing	11.469.683 €	11.469.683 €	11.469.684 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Total	3.726.219.196 €	3.440.662.560 €	3.650.391.629 €	285.556.635 €	8,3%	75.827.566 €	2,1%

Durante o 1.º trimestre de 2018, o ML amortizou dívida no valor de 14,1M€, referente a empréstimos do Banco Europeu de Investimento destinados ao financiamento de ILD's, contratos de Leasing e outras dívidas de curto prazo.

O valor de 75,8M€ de desvio, face ao PAO, é explicado pelo pagamento de parte dos SWAP que estiveram em contencioso, que se previa ser efetuado com recurso a dotação de capital, tendo, no entanto, sido pago com recurso a financiamento.

4. Cumprimento das Orientações Legais

4.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 10 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL		PAO	Δ 2018/2017		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs	%	Abs	%
CMVMC	1.608.419 €	806.649 €	1.489.639 €	801.771 €	99,4%	118.780 €	8,0%
FSE	5.592.966 €	6.636.472 €	12.412.229 €	-1.043.506 €	-15,7%	-6.819.263 €	-54,9%
Deslocações e estadas	35.780 €	1.973 €	10.634 €	33.807 €	1713,3%	25.146 €	236,5%
Deslocações (valor)	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Estada (valor)	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Estudos, pareceres e proj. consultoria	53.980 €	145.217 €	719.382 €	-91.237 €	-62,8%	-665.402 €	-92,5%
Gastos com pessoal corrigidos*	18.082.504 €	16.722.751 €	16.844.358 €	1.359.753 €	8,1%	1.238.146 €	7,4%
Valorizações remuneratórias decorrentes do art.º 21.º - Lei n.º 42/2016	1.233.584 €	n.a.	-	-	-	-	-
Valorizações remuneratórias previstas no artigo 18.º da Lei do OE/2018	147.488 €	n.a.	-	-	-	-	-
Indemnizações por rescisão	0 €	17.349 €	0 €	-17.349 €	-100,0%	0 €	-
Ajudas de custo	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Total (1)	25.283.889 €	24.165.871 €	30.746.226 €	1.118.018 €	4,6%	-5.462.337 €	-17,8%
Volume de negócios (VN) (2)	27.056.179 €	25.626.798 €	26.255.035 €	1.429.381 €	5,6%	801.144 €	3,1%
Subsídio e Ind. Compensatória (IC) (3)	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Peso dos Gastos / VN (1)/(2)	93,4%	94,3%	117,1%	-0,8 pp	--	-23,7 pp	--

*Exclui:

(i) valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

(ii) valorizações remuneratórias previstas no artigo 18.º da Lei do OE/2018

(iii) Indemnizações por rescisão

Considerando o disposto no Artigo 145.º do DLEO 2018, verifica-se que:

- A empresa cumpre o disposto no n.º 1, que indica que "o rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2017." A alínea a) do número 3.º refere ainda que os

gastos com pessoa deverão ser também corrigidos das valorizações remuneratórias nos termos do disposto da Lei do Orçamento de Estado.

- Ao 1.º trimestre, registou-se um aumento do valor em Deslocações e Estadas face a 2017 (cerca de 34 m€). O aumento verificado decorre das necessidades subjacentes aos projetos de expansão Rato/Cais do Sodré e de Modernização, cujos contactos com outros metropolitano com Material Circulante e Sistemas de Sinalização mais atualizados, são essenciais às decisões futuras sobre a melhor opção de investimento para o ML. De referir ainda, que a rubrica de deslocações e estadas não é diretamente comparável com 2016, dado neste ano, este custo ser repartido com 3 empresas.
- O valor registado em Estudos Pareceres e Proj. Consultoria é inferior ao mesmo período de 2017, em 91 m€, cumprindo a indicação da tutela.

4.2. Frota Automóvel

Quadro 11 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	42	48	42	-6	-12,5%	0	0,0%
Gastos (€):							
Combustível	8.518	6.395	9.709	2.123	33,2%	-1.191	-12,3%
Conservação e Reparação	9.457	3.477	5.136	5.980	172,0%	4.322	84,1%
Rendas	11.016	2.094	46.278	8.922	426,0%	-35.262	-76,2%
Seguros	7.034	0	0	7.034	-	7.034	-
Impostos	496	290	600	206	70,9%	-104	-17,4%
Outros	3.353	1.193	3.338	2.161	181,2%	16	0,5%
Total	39.874	13.449	65.060	26.425	196,5%	-25.186	-38,7%

No respeitante à Frota Automóvel, verifica-se uma variação de +26 m€ face ao período homólogo, por via do aumento do valor da rubrica de rendas, decorrente do processo de renovação da frota por viaturas em Leasing Operacional, crescimento dos gastos de conservação e reparação em sequência de estar incluído um valor fixo mensal na renda, sendo esse mesmo valor especializado, e por o valor com seguros não ter sido especializado no período homólogo. O efeito desta especialização durante o mesmo período de 2017 teria sido de 3.962€.

Face ao PAO, os gastos com viaturas é inferior em aproximadamente 25 m€ (-38,7%), com maior impacto no valor de rendas (-35.262 €), justificado essencialmente por em termos de orçamento o valor global da renda não ter sido redistribuído por item, nomeadamente: renda propriamente dita, seguro, IUC, conservação e reparação, rubricas onde o valor está acima do PAO.

4.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 12 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	16	27	55	-11	-40,7%	-39	-70,9%

O ML mantém a tendência de ter prazos médios de pagamentos muito baixo, com uma gestão de tesouraria muito eficiente.

A Redução do Prazo Médio de Pagamentos face ao estimado (-39 dias), deve-se essencialmente ao facto de não se terem iniciado a maioria das grandes empreitadas no período em análise, que normalmente têm prazos médios de pagamentos de 60 dias, o que face ao seu volume nos pagamentos globais da empresa a fornecedores acabam por ter uma forte influência no prazo médio de pagamentos.

4.4. Plano de Redução de Efetivos

Quadro 13 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	31 DEZ 2017	1.º TRIM 2018	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitano de Lisboa	1.414	1.408	1.425	6	0,4%	-11	-0,8%

A variação positiva do número de colaboradores face 31 de dezembro de 2017 é consequência da saída de 2 colaboradores por reforma e admissão de 8 colaboradores para a área de manutenção, de acordo com autorização concedida no final de 2017 para a admissão de colaboradores para a área da manutenção.

4.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 14 - Financiamento remunerado e Aumentos de Capital (detalhe)

PASSIVO REMUNERADO	1.º TRIM 2018	31 Dez 2017	Variação 2017/2016	
			Abs	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	3.726.219.196 €	3.440.662.560 €	-3.487.193.585 €	-100,0%
dos quais concedidos pela DGTF	1.538.454.817 €	1.238.846.655 €	-1.206.262.385 €	-100,0%
Capital Social	2.410.434.678 €	2.368.595.326 €	-358.409.543 €	-100,0%
Endividamento ajustado	6.136.653.874 €	5.809.257.886 €	-3.845.603.128 €	-100,0%

Quadro 15 - Cálculo da Variação do Endividamento

CÁLCULO DA VARIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	1.º TRIM 2018	31 Dez 2017
Financiamento Remunerado	3.726.219.196 €	3.440.662.560 €
Dotação de Capital	2.410.434.678 €	2.368.595.326 €
Variação do endividamento		5,64%

A variação de 5,64% do endividamento está relacionada com o facto de o acionista ter optado por financiar a regularização do pagamento dos SWAP (resultante do acordo estabelecido em 2017 entre o Estado português, as operadoras de transporte e o Banco Santander) com recurso do ML a endividamento, em alternativa à operação de aumento de capital prevista no orçamento.

Se retirado o efeito do endividamento resultante desta operação, o ML cumpre os limites fixados pela Lei do Orçamento de Estado 2018 de agravamento máximo de 2%.

4.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 16 - Disponibilidades

UTE	1.º TRIM 2018
Disponibilidades em 31-03-2018	20.834.127 €
Depositadas no IGCP	16.394.043 €
Outras	4.440.083 €
Disponibilidades no IGCP [%]	78,7%

No final do 1.º trimestre de 2018, o ML mantinha 78,7% dos depósitos bancários (16,4M€) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF, em 20/02/2018, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE), para o qual se aguarda autorização.

5. Plano de Investimento

Rubrica (FCBF)	REAL		PAO		Δ PH		Δ PAO		Grau de Realização (%)	Saldo
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	31 DEZ 2018	Abs	%	Abs	%		
INVESTIMENTOS (capitalizações)	751.279 €	93.931 €	6.888.401 €	36.585.366 €	657.348 €	700%	-6.137.123 €	-89%	2,1%	35.834.087 €
Investimento ML	71.327 €	83.581 €	1.232.947 €	6.941.258 €	-12.254 €	-15%	-1.161.620 €	-94%	1,0%	6.869.931 €
Edifícios e outras Construções	1.250 €	7.671 €	68.376 €	1.777.011 €	-6.421 €	-84%	-67.126 €	-98%	0,1%	1.775.761 €
Equipamento Básico	33.802 €	51.281 €	475.242 €	3.616.625 €	-17.479 €	-34%	-441.440 €	-93%	0,9%	3.582.823 €
CITV	0 €	0 €	289.026 €	950.000 €	0 €	-	-289.026 €	-100%	0,0%	950.000 €
Portas ML90-95-97-99	0 €	0 €	0 €	1.552.654 €	0 €	-	0 €	-	0,0%	1.552.654 €
Ferramentas e Utensílios	17.039 €	14.259 €	70.726 €	78.917 €	2.780 €	19%	-53.687 €	-76%	21,6%	61.878 €
Equipamento Administrativo	19.236 €	10.370 €	618.604 €	1.468.705 €	8.866 €	85%	-599.367 €	-97%	1,3%	1.449.469 €
Investimento ILD	679.207 €	10.350 €	5.625.688 €	29.573.728 €	668.857 €	6462%	-4.946.481 €	-88%	2,3%	28.894.521 €
Estação Baixa-Chiado	0 €	0 €	268.321 €	357.761 €	0 €	-	-268.321 €	-100%	0,0%	357.761 €
Prolongamento Alameda/S.Sebastião	0 €	0 €	0 €	953.655 €	0 €	-	0 €	-	0,0%	953.655 €
Plano Nacional para as Acessibilidades	1.162 €	1.350 €	256.589 €	1.483.512 €	-188 €	-14%	-255.427 €	-100%	0,1%	1.482.350 €
Prolongamento Amadora/Reboleira	4.178 €	0 €	332.967 €	1.076.897 €	4.178 €	-	-328.789 €	-99%	0,4%	1.072.719 €
Prolongamento Rato/Cais do Sodré	105.232 €	0 €	2.678.118 €	9.800.000 €	105.232 €	-	-2.572.887 €	-96%	1,1%	9.694.769 €
Remodelação da Linha A (Azul)	14.314 €	0 €	219.481 €	2.363.152 €	14.314 €	-	-205.167 €	-93%	0,6%	2.348.838 €
Remodelação da Linha B (Amarela)	127.585 €	0 €	0 €	2.116.950 €	127.585 €	-	-127.585 €	-	6,0%	1.989.365 €
Remodelação da Linha C (Verde)	382.316 €	9.000 €	1.497.040 €	7.185.345 €	373.316 €	4148%	-1.114.724 €	-74%	5,3%	6.803.029 €
Remodelação da Linha D (Vermelha)	44.420 €	0 €	18.989 €	2.821.286 €	44.420 €	-	-25.431 €	134%	1,6%	2.776.866 €
Remodelação da Rede Global	0 €	0 €	354.184 €	1.415.169 €	0 €	-	-354.184 €	-100%	0,0%	1.415.169 €
Renovação de sistema SCADA	0 €	0 €	0 €	300.000 €	0 €	-	0 €	-	0,0%	300.000 €
Investimento ILD - Imobilizações incorpóreas	745 €	0 €	29.766 €	70.380 €	745 €	-	-29.021 €	-97%	1,1%	69.635 €
Investimento por conta de terceiros	745 €	0 €	29.766 €	70.380 €	745 €	-	-29.021 €	-97%	1,1%	69.635 €

A realização do investimento atingiu apenas 2,1% do previsto, justificada pela baixa realização do investimento em ILD (2,3%), rubrica de maior peso no total do Investimento programado, e investimento ML (1,0%), tendo contribuído para este fator essencialmente os atrasos que se têm vindo a verificar no lançamento de procedimentos de empreitadas, que por integrarem despesas plurianuais, necessitam de autorização prévia da tutela, o que torna o processo de contratação pública mais moroso.

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ / PAO	
	1.º TRIM 2018	31.DEZ 2017	1.º TRIM 2018	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.050.033.116 €	5.020.086.976 €	5.085.983.106 €	29.946.140 €	0,6%	-35.949.990 €	-0,7%
Ativos fixos tangíveis	145.783.279 €	151.269.820 €	156.481.995 €	-5.486.541 €	-3,6%	-10.698.716 €	-6,8%
Propriedades de investimento	8.424.288 €	8.534.641 €	646.845 €	-110.353 €	-1,3%	7.777.443 €	1202,4%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	3.122.902 €	3.122.902 €	2.857.430 €	-	0,0%	265.473 €	9,3%
Derivados	170.000 €	330.000 €	330.000 €	-160.000 €	-48,5%	-160.000 €	-48,5%
Outros ativos financeiros	52.188.900 €	52.188.819 €	52.188.590 €	80 €	0,0%	310 €	0,0%
Total do ativo não corrente	5.259.722.485 €	5.235.533.158 €	5.298.487.966 €	24.189.327 €	0,5%	-38.765.481 €	-0,7%
Ativo corrente							
Inventários	3.914.368 €	4.076.539 €	6.106.965 €	-162.171 €	-4,0%	-2.192.596 €	-35,9%
Clientes	1.009.784 €	4.999.392 €	4.486.605 €	-3.989.608 €	-79,8%	-3.476.821 €	-77,5%
Estado e outros entes públicos	3.551.033 €	3.053.159 €	4.930.420 €	497.875 €	16,3%	-1.379.387 €	-28,0%
Outras contas a receber	10.234.281 €	11.213.598 €	9.485.232 €	-979.317 €	-8,7%	749.049 €	7,9%
Diferimentos	30.852.837 €	31.881.775 €	31.977.100 €	-1.028.938 €	-3,2%	-1.124.263 €	-3,5%
Caixa e depósitos bancários	20.864.538 €	22.023.844 €	11.243.014 €	-1.159.306 €	-5,3%	9.621.525 €	85,6%
Total do ativo corrente	70.426.841 €	77.248.306 €	68.229.335 €	-6.821.465 €	-8,8%	2.197.506 €	3,2%
Total do ativo em investimentos de ILD	5.050.033.116 €	5.020.086.976 €	5.085.983.106 €	29.946.140 €	0,6%	-35.949.990 €	-0,7%
Total do ativo afeto à operação (ML)	280.116.210 €	292.694.489 €	280.734.195 €	-12.578.279 €	-4,3%	-617.984 €	-0,2%
TOTAL DO ATIVO	5.330.149.326 €	5.312.781.465 €	5.366.717.301 €	17.367.861 €	0,3%	-36.567.975 €	-0,7%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	2.410.434.678 €	2.368.595.326 €	2.520.477.028 €	41.839.352 €	1,8%	-110.042.350 €	-4,4%
Reserva legal	21.597 €	21.597 €	21.597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1.501.878 €	1.501.878 €	1.501.878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-1.768.793.599 €	-1.744.292.684 €	-1.776.020.915 €	-24.500.916 €	1,4%	7.227.315 €	-0,4%
Outras variações no capital próprio	1.341.369 €	1.976.909 €	3.242.371 €	-635.539 €	-32,1%	-1.901.002 €	-58,6%
Resultado líquido do exercício	-10.767.958 €	-24.500.916 €	-16.956.417 €	13.732.958 €	-56,1%	6.188.459 €	-36,5%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	633.737.966 €	603.302.111 €	732.265.543 €	30.435.855 €	5,0%	-98.527.578 €	-13,5%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.841.857.716 €	2.706.575.594 €	2.990.893.622 €	135.282.123 €	5,0%	-149.035.905 €	-5,0%
Provisões	54.251.294 €	54.251.294 €	49.929.442 €	-	0,0%	4.321.852 €	8,7%
Financiamentos obtidos	215.913.368 €	66.402.003 €	99.052.138 €	149.511.366 €	225,2%	116.861.231 €	118,0%
Derivados	106.425.091 €	108.844.147 €	108.844.147 €	-2.419.056 €	-2,2%	-2.419.056 €	-2,2%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	251.994.324 €	252.627.865 €	249.282.159 €	-633.541 €	-0,3%	2.712.165 €	1,1%
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	2.841.857.716 €	2.706.575.594 €	2.990.893.622 €	135.282.123 €	5,0%	-149.035.905 €	-5,0%
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	628.584.077 €	482.125.309 €	507.107.886 €	146.458.768 €	30,4%	121.476.192 €	24,0%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	3.470.441.794 €	3.188.700.902 €	3.498.001.507 €	281.740.891 €	8,8%	-27.559.714 €	-0,8%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	730.032.719 €	900.000.200 €	645.199.170 €	-169.967.481 €	-18,9%	84.833.548 €	13,1%
Fornecedores	2.383.987 €	4.631.433 €	5.420.191 €	-2.247.446 €	-48,5%	-3.036.204 €	-56,0%
Estado e outros entes públicos	3.266.394 €	1.637.406 €	1.637.406 €	1.628.988 €	99,5%	1.628.988 €	99,5%
Financiamentos obtidos	451.492.197 €	451.492.197 €	426.055.572 €	-	0,0%	25.436.625 €	6,0%
Outras contas a pagar	38.444.501 €	162.604.700 €	57.863.574 €	-124.160.199 €	-76,4%	-19.419.073 €	-33,6%
Diferimentos	349.769 €	412.516 €	274.337 €	-62.747 €	-15,2%	75.432 €	27,5%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	730.032.719 €	900.000.200 €	645.199.170 €	-169.967.481 €	-18,9%	84.833.548 €	13,1%
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	495.936.848 €	620.778.252 €	491.251.080 €	-124.841.404 €	-20,1%	4.685.768 €	1,0%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	1.225.969.567 €	1.520.778.452 €	1.136.450.250 €	-294.808.885 €	-19,4%	89.519.317 €	7,9%
Total do passivo em investimentos de ILD	3.571.890.435 €	3.606.575.794 €	3.636.092.792 €	-34.685.358 €	-1,0%	-64.202.357 €	-1,8%
Total do passivo afeto à operação (ML)	1.124.520.925 €	1.102.903.561 €	998.358.966 €	21.617.365 €	2,0%	126.161.960 €	12,6%
TOTAL DO PASSIVO	4.696.411.361 €	4.709.479.354 €	4.634.451.758 €	-13.067.993 €	-0,3%	61.959.603 €	1,3%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5.330.149.326 €	5.312.781.465 €	5.366.717.301 €	17.367.861 €	0,3%	-36.567.975 €	-0,7%

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2018	1.º TRIM 2017	1.º TRIM 2018	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	27.056.179 €	25.626.798 €	26.255.035 €	1.429.381 €	5,6%	801.144 €	3,1%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	56.836 €	23.948 €	-	32.888 €	137,3%	56.836 €	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1.608.419 €	-806.649 €	-1.489.639 €	-801.771 €	99,4%	-118.780 €	8,0%
Fornecimentos e serviços externos	-5.592.966 €	-6.636.472 €	-12.412.229 €	1.043.506 €	-15,7%	6.819.263 €	-54,9%
Gastos com o pessoal	-19.463.575 €	-16.740.099 €	-16.844.358 €	-2.723.476 €	16,3%	-2.619.218 €	15,5%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	2.259.056 €	-375.000 €	-	2.634.056 €	-702,4%	2.259.056 €	-
Outros rendimentos e ganhos	788.951 €	831.073 €	831.996 €	-42.122 €	-5,1%	-43.045 €	-5,2%
Outros gastos e perdas	-202.969 €	-19.012 €	-204.029 €	-183.957 €	967,6%	1.060 €	-0,5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.293.093 €	1.904.588 €	-3.863.224 €	1.388.505 €	72,9%	7.156.316 €	-185,2%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-5.673.011 €	-5.658.370 €	-5.437.848 €	-14.641 €	0,3%	-235.164 €	4,3%
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-2.379.919 €	-3.753.783 €	-9.301.071 €	1.373.864 €	-36,6%	6.921.153 €	-74,4%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-8.388.039 €	-12.313.033 €	-7.669.342 €	3.924.994 €	-31,9%	-718.697 €	9,4%
Resultado antes de impostos	-10.767.958 €	-16.066.815 €	-16.970.413 €	5.298.858 €	-33,0%	6.202.455 €	-36,5%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-10.767.958 €	-16.066.815 €	-16.970.413 €	5.298.858 €	-33,0%	6.202.455 €	-36,5%

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
1º TRIMESTRE DE 2018**

1 – ENQUADRAMENTO

O presente relatório reporta-se às contas no final do primeiro trimestre de 2018 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e é emitido em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, e no âmbito das competências de fiscalização conferidas ao Conselho Fiscal (CF) pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A fiscalização da ML encontra-se também cometida a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas¹, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

O CF emite o presente relatório, relativo ao primeiro trimestre de 2018, tendo por base o relatório de execução do PAO – 1º Trimestre de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) da ML, na versão remetida a este órgão de fiscalização em 31 de agosto de 2018, as atas do CA, o respetivo relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC), de 5 de setembro de 2018, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos Estatutos da ML, bem como a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2018 (versão aprovada pelo CA através de deliberação de 23 de fevereiro de 2018).

2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. Atividade e Investimento

Os indicadores de atividade, com referência a 31 de março de 2018, apresentam um desvio favorável de 6,2% na procura de serviço (aferido pelo indicador passageiros x km) e um desvio desfavorável de 10% na oferta de serviço (aferido pelo indicador lugares x km), face aos valores orçamentados para igual período. O desvio desfavorável na oferta face ao previsto (também se observou um desvio desfavorável de 1% na oferta de serviço face ao período homólogo) decorreu da não concretização da disponibilidade de material circulante, justificada pela falta de meio humanos e pela falta pontual de alguns materiais.

O investimento realizado até ao final do primeiro trimestre de 2018 atingiu o montante global de 751 mil €, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 11% face ao projetado para o trimestre (6.888 mil €)². Esta baixa realização do investimento decorre de atrasos no lançamento de empreitadas.

¹ Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda, representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585).

2.2. Desempenho económico e financeiro

O CF analisou o relatório trimestral do ROC às contas da ML no final do primeiro trimestre de 2018, que se considera aqui como reproduzido, e do qual destaca as seguintes conclusões e recomendações:

- Embora a ML evidencie, através de um mapa comparativo, os desvios orçamentais e a evolução de 2017 para 2018, não apresenta as justificações para os desvios verificados face ao balanço previsional;
- Na análise à demonstração de resultados, não são dadas justificações para os desvios verificados nas rubricas que a ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros;
- Face a tais conclusões o ROC recomenda à ML que *“passe a fundamentar os desvios verificados face aos balanços previsionais e, no tocante à demonstração de resultados, apresente justificações para os desvios verificados nas rubricas que o ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros.”*

O CF, que acompanha tais recomendações, realça que as insuficiências em causa já foram objeto de referência nos relatórios trimestrais dos órgãos de fiscalização relativos ao ano de 2017.

Tendo em consideração as limitações descritas nos parágrafos anteriores, a análise efetuada ao relatório trimestral da ML, reportado ao final do primeiro trimestre de 2018, permite concluir o seguinte:

- O **Capital próprio** aumentou 5,2% (+31,1 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, essencialmente pela conjugação do aumento de capital (+41,8 milhões €) e do resultado líquido (-10,9 milhões €) alcançados no período.

Em relação ao valor orçamentado regista-se um desvio desfavorável de 13,4% (-97,9 milhões € sobretudo por via da menor execução em aumentos de capital (o valor previsto era de 151,9 milhões € quando o realizado se situou nos 41,8 milhões €);

- O **Ativo** aumentou 0,3% (+18,2 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, em resultado da conjugação do acréscimo do ativo em investimentos de ILD – infraestruturas de longa duração (+29,7 milhões de euros³) e à redução do ativo afeto à operação (-11,5 milhões €).

Relativamente ao orçamento verifica-se um desvio desfavorável de 0,7% (-35,7 milhões €), sobretudo relacionado com o ativo em investimentos de ILD (-36,2 milhões de euros);

- O **Passivo** diminuiu 0,3% (-12,9 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, sendo de realçar o decréscimo das perdas por justo valor dos instrumentos financeiros derivados (-14,8 milhões €).

² Os investimentos mais relevantes projetados para o primeiro trimestre correspondem ao prolongamento Rato/Cais do Sodré (2.678 mil € orçamentado/105 mil € executado) e à remodelação da linha verde (1.497 mil € orçamentado/382 mil € executado).

³ Sendo de realçar os gastos diretamente relacionados com os financiamentos contraídos para a atividade de construção e reparação de ILD (rubrica “Estado – Contas a receber”), em cerca de 32 milhões €.

Em relação ao valor orçamentado regista-se um desvio desfavorável de 1,3% (+62,2 milhões €), sendo de realçar que tal corresponde à conjugação do desvio favorável do passivo em investimentos de ILD – infraestruturas de longa duração (-64,5 milhões de euros⁴) com o desvio desfavorável do passivo afeto à operação (+126,7 milhões €);

- O **prejuízo** registado no 1º trimestre de 2018 ascendeu a 10,9 milhões €, o que representa uma melhoria face ao 1º trimestre de 2017 (-31,9%), evolução que resulta essencialmente da conjugação das seguintes variações: (i) acréscimo nas receitas com títulos de transporte (+1,4 milhões € na rubrica “Vendas e prestações de serviços”); (ii) comportamento positivo registado no *market-to-market* dos instrumentos financeiros derivados (+2,6 milhões € na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”); (iii) redução de encargos financeiros (-3,9 milhões € na rubrica “Juros e gastos similares suportados”); (iv) agravamento dos encargos com o pessoal, decorrente do acréscimo das remunerações por via das progressões de carreira, cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017 (+2,7 milhões € na rubrica “Gastos com o pessoal”).

Face ao valor orçamentado para o trimestre (-16,9 milhões €), o resultado obtido, embora negativo, representa uma melhoria de 6,0 milhões € (-35,5%), evolução decorrente sobretudo da conjugação dos seguintes desvios: (i) favoráveis nos encargos com fornecimentos e serviços externos (-6,8 milhões €)⁵ e no justo valor dos instrumentos financeiros derivados (+2,3 milhões € na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”)⁶; (ii) desfavoráveis nos gastos com o pessoal (+2,6 milhões €), dada a reduzida estimativa dos encargos com complementos de pensões⁷.

3 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELA DGTF

Relativamente às diferentes obrigações legais⁸ e orientações transmitidas pela DGTF aplicáveis à empresa, importa destacar que através do Despacho n.º 343/18, de 10 de maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foi aprovada a proposta de plano de atividades e orçamento e foram autorizadas exceções (i) para aumentar os gastos com estudos, pareceres e projetos (até ao limite de 2.043 mil €), (ii) para aumentar os gastos com a frota automóvel (até ao limite de 262 mil €), (iii) para o não

⁴ Sendo de realçar os gastos diretamente relacionados com os financiamentos contraídos para a atividade de construção e reparação de ILD (conta “Estado – Contas a receber”), em cerca de 32 milhões €.

⁵ Embora seja de referir que esta evolução resulta em grande parte do facto de, em determinadas subrubricas, não ter sido efetuada a especialização da totalidade dos gastos relativos ao 1º trimestre de 2018.

⁶ Sendo de realçar que estas variações positivas não foram orçamentadas.

⁷ A este respeito há que referir que o orçamento aprovado para os gastos com o pessoal foi reduzido em 6,5 milhões € face à proposta inicial da ML.

⁸ Designadamente das normas contidas na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE 2018) e no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, que estabelece as normas de execução do Orçamento para 2018 (DLEO 2018).

crescimento do EBITDA, (iv) para o não crescimento do EBIT e (v) para a variação do endividamento não ficar limitada a 2%.

Nestes termos, e atenta a informação constante do ponto 4. do Relatório de Execução do PAO do 1º trimestre de 2018, importa salientar os seguintes aspetos:

- A diminuição do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face ao período homólogo do ano anterior (importa sublinhar que os gastos com pessoal foram corrigidos dos encargos resultantes das indemnizações, do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, em resultado da aplicação do artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias, por aplicação do artigo 18º da LOE 2018)⁹;
- No que respeita à evolução dos gastos¹⁰ face ao período homólogo do ano anterior, verifica-se: i) um aumento do conjunto dos gastos¹¹ com deslocações, ajudas de custo¹² e alojamento, e os associados à frota automóvel; ii) um aumento dos gastos com pessoal, expurgando o efeito das indemnizações, dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias resultantes do disposto no artigo 18º da LOE 2018; e iii) uma diminuição dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.
- O aumento de 6 colaboradores, face a 31 de dezembro de 2017, pelo que no final do primeiro trimestre de 2018 o número de colaboradores era 1.414 (sem considerar os órgãos sociais);
- O endividamento apresenta um crescimento de 5,64%¹³, por aplicação da fórmula de cálculo constante das orientações transmitidas pela DGTF;
- A ML foi dispensada¹⁴ do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para a conta da ML domiciliada no IGCP.

⁹ Estabelecido no n.º 1 do artigo 145.º do DLEO 2018.

¹⁰ Estabelecido no n.º 3 do artigo 145.º do DLEO 2018.

¹¹ Dá-se nota de que o aumento observado no conjunto dos gastos está devidamente fundamentado e dentro dos valores orçamentados, com exceção dos gastos com deslocações e estadas.

¹² Gastos não orçamentados para o 1º trimestre de 2018 e não executados nesse período.

¹³ O aumento de 6,29% do endividamento decorre do facto da ML ter contratado um empréstimo do Estado, no montante de 269.491.716,10€, em alternativa à operação de aumento de capital prevista no orçamento, para pagamento dos compromissos da ML no âmbito dos contratos SWAP.

Se retirado o efeito do endividamento resultante desta operação, a ML cumpre os limites de 2% fixados pela Lei do Orçamento de Estado 2018.

¹⁴ Despacho da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), de 3 de setembro de 2018.



4 – CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF emite o presente relatório trimestral, reportado a 31 de março de 2018, que reflete o acompanhamento à execução da ML no referido período.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo ao primeiro trimestre de 2018, na versão recebida em 31 de agosto de 2018, reflete a atividade e o desempenho da ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

Recomenda-se à ML que, nos próximos relatórios de execução, passe a incluir nas demonstrações financeiras a demonstração de fluxos de caixa, comparando os valores executados com os orçamentados e os executados no período homólogo, bem como passe a apresentar as justificações de eventuais desvios orçamentais que se registem nas contas de balanço e nas rubricas que a ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e de gastos e rendimentos financeiros.

O relatório de execução do PAO referente ao primeiro trimestre de 2018 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF, devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e setorial, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 24 de setembro de 2018.

O Conselho Fiscal

Presidente

(José Carlos Pereira
Nunes)

Vogal efetiva

(Cristina Maria Pereira
Freire)

Vogal efetiva

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
1º TRIMESTRE 2018

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do 1º trimestre de 2018 do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“ML” ou “Entidade”) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até ao final do período de três meses findo em 31 de março de 2018, tendo por base as contas reportadas ao período em causa, designadamente o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2018 e o “Relatório Trimestral” efetuado pela Entidade com referência a março de 2018.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao orçamento e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com os principais responsáveis e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete de março de 2018 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.



Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

O ML apresenta no ponto 6.1 do Relatório Trimestral de março de 2018 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço a 31 de março do corrente ano com os valores orçamentados até ao 1º trimestre e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano anterior (estimativa de fecho de contas) e se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2017 para 2018 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais. No entanto, a Entidade não apresenta justificações para os desvios orçamentais verificados face ao balanço previsional.

Da análise efetuada às variações ocorridas face ao final do exercício anterior entendemos destacar o seguinte:

- O total do Ativo registou um aumento de 0,3% (18,2 M€), fundamentalmente por via do registo dos gastos diretamente relacionados com os financiamentos contraídos para a atividade de construção e reparação de infraestruturas de longa duração (ILD);
- Quanto ao Capital próprio, para além do aumento de capital efetuado (41,8 M€), a única variação a salientar é a relativa ao resultado líquido do período, sendo os seus componentes analisados na alínea seguinte;
- Em relação ao Passivo, registou-se uma diminuição de 0,3% (12,9 M€), essencialmente pela diminuição das perdas por justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

b) Demonstração dos resultados:

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório Trimestral de março de 2018 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados no 1º trimestre com os valores orçamentados e com os valores realizados no período homólogo do ano anterior, apresentando ainda os desvios orçamentais e a evolução de 2017 para 2018 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mencionado mapa, constata-se que o Resultado líquido do período foi negativo em 10,9 M€, apresentando um desvio favorável de 35,5% face ao orçamentado (6 M€) e uma melhoria de 31,9% face ao período homólogo do ano anterior (5,1 M€).

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao orçamento foram os seguintes: i) desvio favorável na rubrica '*Fornecimentos e serviços externos*' (6,8 M€), em grande parte pelo facto de em determinadas sub-rubricas não se ter especializado a totalidade dos gastos respeitantes ao trimestre em questão; ii) desvio desfavorável na rubrica '*Gastos com o pessoal*' (2,6 M€), decorrente de uma baixa estimativa dos complementos de pensões; iii) desvio favorável na rubrica '*Aumentos/reduções de justo valor*' (2,3 M€), resultante do registo das variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, as quais não foram orçamentadas.

Quanto à diferença face a março de 2017, destacamos i) o aumento de 1,4 M€ verificado na rubrica '*Vendas e prestações de serviços*', decorrente do acréscimo nas receitas com títulos de transporte; ii) aumento de 2,7 M€ na rubrica '*Gastos com o pessoal*', justificado pelo "aumento das remunerações por via das progressões de



carreira, cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017”; iii) aumento de 2,6 M€ na rubrica ‘Aumentos/reduções de justo valor’, devido ao comportamento positivo registado no *mark-to-market* dos instrumentos financeiros derivados e iv) a diminuição de 3,9 M€ na rubrica ‘Juros e gastos similares suportados’.

7. Recomenda-se que o ML passe a fundamentar os desvios verificados face aos balanços previsionais e, no tocante à demonstração de resultados, apresente justificações para os desvios verificados nas rubricas que o ML denomina não “*cash*” de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros.

Restrições na distribuição e uso

8. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, 5 de setembro de 2018

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)